

Da corrente ao cabo: a teoria de Peirce sobre a investigação através de suas metáforas[©]

Susan Haack

Tradução de Tomas Drunkenmolle
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Brasil
trd342@mail.harvard.edu

HAACK, Susan. *From the Chain to the Cable: Peirce's Theory of Inquiry through his Metaphors*. Palestra proferida em 17 de agosto de 2017. VII Jornadas “Peirce em Argentina”. Buenos Aires.

O raciocínio [filosófico] não deveria formar uma corrente que não seja mais forte do que seu elo mais fraco, mas um cabo cujas fibras sejam ainda mais finas, desde que numerosas o suficiente e intimamente conectadas.²

Peirce nos alerta que “para ser profundo, é preciso ser tolo” e reconhece que seu trabalho sobre lógica pode ser considerado “tão seco, áspero e pouco nutritivo ao espírito que seja difícil acreditar que haja algum bem humano nele.”³ Ele é conhecido por sua insistência de que uma “boa economia para a filosofia é dotar-se de um vocabulário tão bizarro que pensadores dispersos não se vejam tentados a tomar emprestado suas palavras”,⁴ e por seus neologismos que, certas vezes, podem soar incivilizados: como por exemplo, em sua metafísica, “agapismo”⁵ e “tichismo”⁶ – também pressionados em serviço para distinguir os diferentes tipos de

-
- 1 © 2017, 2018 Susan Haack. All rights reserved. The original English article was published in *Metatheoria* in late 2018. Todos os direitos reservados. O uso do material é restrito a *Cognitio: Revista de Filosofia*, v. 20, n. 1, jan.-jun. 2019. Agradecemos a Susan Haack, detentora dos direitos de publicação do material original, pela permissão de uso concedida para fins desta publicação. (Use of the material is restricted to: Portuguese translation by Tomas Drunkenmolle to be published in *Cognitio: Revista de Filosofia*, v. 20, n. 1, Jan-Jun 2019. We thank to Professor Susan Haack, owner of the publishing rights of the original material, for permission to use granted for the purposes of this publication by the Center for Pragmatism Studies, Pontifical Catholic University of São Paulo, Brazil.)
 - 2 C. S. Peirce, *Collected Papers*, eds. Charles Hartshorne, Paul Weiss e (vols. 7 e 8) Arthur Burks (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58), 5.265 (1868). Referências ao *Collected Papers* são dadas por volume e número do parágrafo, seguidas da data original conforme mencionadas pelos editores.
 - 3 CP 2.17 (1902).
 - 4 CP 2.223 (1903).
 - 5 CP 6.102 (1892).
 - 6 CP 6.302 (1893).

evolução: “evolução ticástica”, “evolução anacástica”, “evolução agapástica”,⁷ e, em sua semiótica, “qualisigno”, “sinsigno”, “legissigno”,⁸ isso para mencionar apenas a primeira de suas tricotomias de signos. E ele próprio se opõe ao seu velho amigo, William James – James, “tão concreto, tão vivo,” ele mesmo “um simples sumário, tão abstrato, um emaranhado de fios.”⁹

Ainda assim, como mostra este último exemplo, a escrita de Peirce pode ser tudo, menos rígida, sem graça ou desinteressante. Ele possui um estilo expressivo, um senso irônico e, mais importante para o propósito presente, um talento notável para metáforas memoráveis e inspiradoras. Às vezes, certamente – por exemplo, quando ele implora o perdão ao seu público por “pular de um ramo de meu discurso para o outro, e voltar para o primeiro novamente, sem um propósito mais aparente do que de um pintor”¹⁰ – suas figuras de linguagem são simplesmente decorativas e engraçadas. Mas, amiúde, elas são muito mais do que isso, servindo tanto de motor de propulsão de seu pensamento filosófico quanto de veículo para apresentar ideias filosóficas difíceis aos seus leitores.

Por exemplo, quando Peirce insiste que “resgatemos o bom navio Filosofia a serviço da ciência dos itinerantes fora da lei dos mares da literatura”,¹¹ ele introduz esse entendimento sutil de precisão e os temas principais de sua ética de terminologia, e destaca a diferença entre o discurso filosófico sério e uma escrita meramente elegante, divertida e erudita, as *belles lettres*. Quando ele apresenta seu neologismo, o “pragmaticismo”, com a famosa esperança de que sua nova palavra revele-se “feia o suficiente para ficar a salvo de sequestradores”,¹² ele se desassocia do “abuso implacável” que sua palavra “pragmatismo” sofreu nas revistas literárias de seu tempo, distingue sua versão de pragmatismo da de James, Dewey e Schiller, e insinua em seu tema que a feiura pode ser uma virtude positiva na terminologia filosófica. Ao explicar que “em vez de meramente zombar da metafísica, o pragmaticista extrai dela uma essência preciosa”,¹³ ele encapsula a diferença fundamental entre pragmaticismo e positivismo, seu compromisso com a metafísica como parte integrante da investigação empírica séria. E, ao insistir para que o slogan “Não bloqueie o caminho da investigação” seja escrito “em todos os muros da cidade da filosofia”, ele prossegue, para articular os muitos obstáculos

7 CP 6.302 (1893).

8 CP 2.244 (c. 1897).

9 CP 6.184 (c. 1911).

10 CP 1.656 (1898).

11 CP 5.449 (1903). Vide também Susan Haack, “Quanto àquela frase... ‘estudando em um espírito literário’” (1996), em Haack, *Manifesto of a Passionate Moderate: Unfashionable Essays* (Chicago: University of Chicago Press, 1998), 48-68.

12 CP 5.414 (1905). Vide também Haack, “The Meaning of Pragmatism: The Ethics of Terminology and the Language of Philosophy Today” *Teorema* 30, nº 3 (2009): 9-29

13 CP 5.423 (1905). Vide também Haack, “The Legitimacy of Metaphysics: Kant’s Legacy to Peirce, and Peirce’s to Philosophy Today,” *Polish Journal of Philosophy* 1 (2007): 29-43; na tradução para o espanhol, de Sara Barrena, “La legitimidad de la metafísica: el legado de Kant a Peirce y de Peirce a la filosofía de hoy,” *Anuário Filosófico* XL, no 2 (2007): 471-92.

que os filósofos colocam no caminho de seus próprios avanços intelectuais e nos de outros.¹⁴

Peirce observa o papel da metáfora na origem dos símbolos e, portanto, no crescimento do significado;¹⁵ e sua semiótica classifica a metáfora como a terceira de três tipos (imagem, diagrama, metáfora) do representamen icônico ou “hipoícone”.¹⁶ No entanto, pelo que sei, além disso, ele não tinha muito mais o que dizer sobre o fenômeno da metáfora como tal.¹⁷ Mas, minhas reflexões iniciais sobre o papel da metáfora na investigação filosófica (§1) valer-se-ão em suas ideias tanto da relação entre pensamento e linguagem quanto da vagueza, indeterminação e precisão. Então, será hora de explorar a teoria de investigação de Peirce, começando com algumas metáforas importantes de sua crítica extraordinariamente fértil do cartesianismo (§2); e, depois, recorrer às metáforas profundas e sutis que informam a sua compreensão madura da dúvida, do espírito de investigação, do método de experiência e da razão, da comunidade de pesquisadores e dos impedimentos que colocamos em nossos próprios caminhos. Por fim, a título de conclusão, gostaria de explorar algumas vantagens significativas da abordagem de Peirce com relação à epistemologia predominante na tendência filosófica atual, pois, como veremos, neste ponto, como em muitos outros, ele estava à frente de nosso tempo e, também, de seu próprio (§4).

1 O papel da metáfora na investigação

Thomas Hobbes pensava que as metáforas eram perigosas na filosofia, pois elas usam palavras “em outro sentido daquele ao qual elas foram ordenadas e, portanto,

-
- 14 CP 1.135. Os editores descrevem as páginas em questão como de um fragmento iniciado com “F.R.L.” e o datam c.1899; mas agora sabemos que elas vieram da quarta das palestras da Conferência de Cambridge de Peirce de 1898. C. S. Peirce, *Reasoning and the Logic of Things*, eds. Hilary Putnam and Kenneth Lane Ketner (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992) (hereafter, “RLT”), p. 178.
 - 15 CP 2.222 (1903).
 - 16 CP 2.277 (c.1902). Um hipoícone é um terceiro degenerado, uma “primeira Terceiridade”. Este comentário de Peirce motivou uma considerável literatura acadêmica; veja, por ex., Thomas L. Short, “Semeiosis and Intentionality,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 17, n.º 3 (1981): 197-233; Douglas Anderson, “Peirce and Metaphor,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 20, n.º 4 (1984): 453-68; Carl Hausman, “Peirce and the Interaction View of Metaphor,” em Vincent Colapietro e Thomas Olshewky, eds., *Peirce’s Doctrine of Signs: Theory, Applications, and Connections* (Berlin: de Gruyter, 1995), 193-205; Bent Sørensen et al., “Metaphor and Cognition from a Peircean Perspective,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 43, n.º 3 (2007): 562-74; Aaron Wilson, “Peirce versus Davidson on Metaphorical Meaning,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 47, n.º 2 (2011): 117-35. Mas não posso me envolver nessas discussões aqui.
 - 17 Sørensen et al. notam outra observação de Peirce: “não apenas os conceitos metafísicos, mas os lógicos e feneroscópicos, precisam ser cobertos por vestuário [metafórico]. Pois uma ideia pura, sem metáfora ou outra vestimenta significativa, é uma opinião sem casca”. *The Essential Peirce*, ed. Peirce Edition Project (Bloomington, IN: Indiana University Press, 1998), 2.392 (c. 1906).

ludibriam[...]”.¹⁸ De maneira semelhante, John Locke afirmou que “todas as aplicações artificiais e figurativas de palavras que a eloquência tem inventado, de nada servem além de insinuar ideias errôneas, mover paixões e, assim, enganar o juízo. E, assim, de fato, são fraudes perfeitas”¹⁹ – em síntese, o discurso figurativo é apenas o tipo de “obstáculo ao verdadeiro conhecimento,”²⁰ do qual o subtrabalhador filosófico precisa se livrar. Onde Hobbes viu a metáfora como uma espécie de ambiguidade, Locke viu-a como confusa, emotiva – adequada para a “brincadeira e a fantasia” e tolerável no discurso (“civil”) diário, mas perigosa ao “juízo e discernimento” e, assim, totalmente fora de lugar no discurso (“filosófico”) sério.²¹

Mas nem Hobbes nem Locke praticaram o que pregavam – na verdade, ambos confiavam em metáforas, mesmo que elas os atrapalhassem. Hobbes escreveu que “palavras são calculadores dos sábios, que só com elas calculam; mas constituem a moeda dos loucos;”²² e que metáforas “são semelhantes a *ignes fatui*; e o raciocínio a respeito delas vaga em inúmeros absurdos,”²³ deixando você “enredado em palavras, como um pássaro em varas enviscadas.”²⁴ Locke escreveu que a linguagem figurada torna muito fácil disfarçar doutrinas absurdas “com legiões de palavras obscuras, duvidosas e indefinidas”, “urzes e espinhos” verbais que tornam impossível fugir da confusão;²⁵ assim, ele aconselhou, se o que queremos é “a pura verdade e o verdadeiro conhecimento”, então devemos evitar escrupulosamente metáforas e afins.²⁶ Ainda, mais importante, é quase impossível entender a filosofia política de Hobbes sem admirar sua metáfora de estado como Leviatã, ou a teoria do conhecimento de Locke sem apreciar suas metáforas do filósofo como um subtrabalhador das ciências, ou da mente como uma tábula rasa, um armário vazio.

A confusão verbal é, certamente, indesejável na escrita filosófica séria, e, assim, também, é a espécie de ambiguidade simples e censurável que origina as falácias de equívoco. Porém, Hobbes e Locke estão errados em supor que a metáfora é inerentemente confusa, ambígua e enganosa. Ela não o é – pelo menos desde que seja reconhecida *como* metáfora e não interpretada literalmente. Permitida, a metáfora é inerentemente indefinida, aberta à interpretação; de fato, como eu a concebo, ela funciona como um tipo de convite aberto a buscar semelhanças relevantes entre as

18 Thomas Hobbes, *Leviathan* (1651), ed. C. B. McPherson (Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books, 1968), p. 102. No entanto, Hobbes admite que as metáforas não são o pior tipo de abuso da linguagem, uma vez que, no mínimo, “manifestam sua inconstância” (p. 110).

19 John Locke, *Essay Concerning Human Understanding* (1690), ed. Alexander Campbell Fraser (Nova York: Dover, 1959), III.x.34. As referências são por livro, capítulo e número da seção.

20 Locke, *Essay*, III.x.34.

21 Locke, *Essay*, III.x.34.

22 Hobbes, *Leviathan*, p. 106.

23 Hobbes, *Leviathan*, pp. 116-17 (“*ignes fatui*” significa “fogo-fátuo”).

24 , *Leviathan*, p. 105.

25 Locke, *Essay*, III.x.9.

26 Locke, *Essay*, III.x.34.

coisas que são comparadas de forma implícita.²⁷ Mas, com a ajuda das ideias de Peirce sobre a relação entre o pensamento e a linguagem e o papel do vago, podemos perceber que essa abertura ilimitada é, precisamente, o que permite que uma boa metáfora nos ajude a ter ideias promissoras e comunicá-las de maneira eficaz.

Tanto Hobbes quanto Locke viam a linguagem meramente como veículo para a expressão das ideias – necessária para a comunicação, mas não essencial ao pensar.²⁸ Peirce nos ensina, no entanto, que este conceito sobre a relação entre o pensamento e a linguagem está errado. Todo o pensamento está em signos;²⁹ pensar algo é um tipo de diálogo interno, uma discussão interior silenciosa;³⁰ “homens e palavras educam uns aos outros, reciprocamente.”³¹ De fato, uma metáfora apropriada pode educar tanto seu autor quanto seu público, convidando-os a explorar semelhanças entre o fenômeno menos familiar sob observação e outro, mais familiar.

Hobbes e Locke tomavam como certo de que a falta de especificidade de uma metáfora – que é o que Peirce queria dizer com “vagueza” – era algo ruim. Entretanto, Peirce nos ensina que, para certos propósitos, a abertura ilimitada e a falta de especificidade podem ser uma coisa boa. Verdade, como ele escreve em “Como tornar nossas ideias claras”, uma ideia *indistinta*, às vezes, age como “uma obstrução da matéria inerte de uma artéria, impedindo a nutrição” do cérebro de um jovem, condenando-o a “definhar... no meio da abundância intelectual;” e demasiados jovens foram seduzidos pela “vaga sombra de uma ideia” que, por fim, leva a nada.³² No entanto, ele também escreve que não pode haver uma formulação perfeita de uma tese filosófica;³³ e isso significa que ideias inicialmente não específicas – tal como as crenças instintivas do senso crítico comum, que são certas precisamente por serem “invariavelmente vagas,”³⁴ devem gradualmente ser refinadas, articuladas e tornadas mais definidas.³⁵

Esses *insights* peircianos sugerem um papel positivo para a metáfora tanto nos estágios iniciais, hesitantes, da investigação filosófica, quanto na apresentação das ideias filosóficas a outras pessoas. Uma boa metáfora pode sugerir onde procurar

27 Descrevi isso em um documento meu, anterior, “Dry Truth and Real Knowledge: Epistemologies of Metaphor and Metaphors of Epistemology” (1995), em Haack, *Manifesto of a Passionate Moderate* (note 11 above), 69-89, no qual trato das críticas da metáfora de Hobbes e Locke e explico meu conceito de sua função epistemológica mais a fundo. Também observo a afinidade de meu entendimento sobre a função da metáfora com a explicação proposta anteriormente em Robert Fogelin, *Figuratively Speaking* (New Haven: Yale University Press, 1988).

28 Embora, notavelmente, apesar de seus pontos de vista “oficiais”, ambos reconheciam que o abuso da linguagem poderia levar ao desvio do pensamento.

29 CP 5.250-53 (1868).

30 CP 4.6 (1906).

31 CP 5.313 (1868).

32 CP 5.393 (1878).

33 CP 1.140, RLT, p.180 (1898).

34 CP 5.446 (1905).

35 Essa ideia informa “o método da aproximação sucessiva” que adotei em *Evidence and Inquiry* (1993; segunda ed., Amherst, NY: Prometheus Books, 2009).

paralelos que valham a pena ser procurados, caminhos que valham a pena ser seguidos e abduções potencialmente frutíferas. Explicar as ramificações de uma metáfora adequada pode ser uma ferramenta quase indispensável da investigação filosófica; e uma figura metafórica inicialmente indefinida pode ser uma excelente maneira de apresentar seu público a um jeito novo, não familiar e frutífero de ver as coisas – como veremos em breve.

2 O beco sem saída cartesiano

No parágrafo de abertura do segundo de seus três artigos anticartesianos de 1868, “Algumas consequências de quatro incapacidades”, Peirce contrasta a abordagem cartesiana à filosofia com o escolasticismo que ela deslocou:

- (i) O cartesianismo ensina que a filosofia precisa começar com a dúvida universal, enquanto que o escolasticismo “jamais questionou os fundamentos.”
- (ii) Ele torna a consciência individual o supremo teste de certeza, enquanto o escolasticismo se baseou no “testemunho de sábios e da igreja católica.”
- (iii) Ele se apoia em um único fio de inferência, bem diferente da “argumentação multiforme” do escolasticismo.
- (iv) E – uma vez que “Deus o fez assim” não é nenhuma explicação real – o cartesianismo torna muitos fatos inexplicáveis, enquanto que o escolasticismo, embora tenha reconhecido os “mistérios da fé,” encarregou-se, como diz Peirce, “de explicar todas as coisas criadas,” ou seja, explicar tudo dentro do domínio da experiência e da razão.³⁶

O que é menos evidente a partir dessas observações é a maneira como cada uma delas conduz – às vezes em “Algumas consequências”, às vezes apenas mais tarde – a uma metáfora peirciana memorável que, no devido tempo, iluminará algum tema importante de sua teoria da investigação.

Como Peirce o interpreta, Descartes propôs um novo início na filosofia ao tentar duvidar de todas suas crenças anteriores, de forma a determinar se alguma delas é “indubitável”, ou seja, impossível de duvidar; mas, Peirce argumenta, esse procedimento não passa de uma farsa. É *impossível* começar com uma dúvida completa; só é possível começar a partir de onde se está, com as crenças já possuídas. Em 1868, Peirce confia em um símile, escrevendo que o suposto ceticismo de Descartes:

[...] será um mero autoengano, e não uma dúvida real; e ninguém que segue o método cartesiano ficará satisfeito até que tenha formalmente recuperado todas aquelas crenças das quais, em sua forma, tenha desistido. [Isso] é [...] tão inútil como preliminar quanto seria ir ao Polo Norte para se chegar a Constantinopla descendo de forma regular por um meridiano.³⁷

36 Resumo de CP 5.264 (1868).

37 CP 5.265 (1868).

Pode-se ter a impressão de que isso dificilmente seja uma crítica justa: que, quando Descartes propôs filtrar suas crenças e suspender todas elas, menos as “indubitáveis”, ele utilizou a palavra, não subjetivamente (“crenças das quais não posso duvidar”), mas objetivamente (“crenças que ninguém poderia ter razão em duvidar”). E, de fato, Peirce é um pouco injusto.

Mas, sob superfície de sua crítica, talvez, deliberadamente tendenciosa, há algo muito mais profundo: um repúdio exaustivo do conceito de Descartes do que é a dúvida e qual seu papel na investigação em geral e na investigação filosófica em particular. A crença, Peirce escreve, *orienta* a ação, o que a dúvida nunca faz – a dúvida estimula a investigação, mas, longe de lhe dizer como agir, ela pode deixá-lo paralisado, sem saber o que fazer. Pois a dúvida – a dúvida *real* – é um “estado desconfortável, insatisfeito,”³⁸ o tipo de irritação que surge quando um hábito de crença existente é interrompido por uma experiência contrária. “Você chama de duvidar o ato de escrever suas dúvidas em um pedaço de papel?” Peirce questiona; “[s]e for assim, a dúvida nada tem a ver com qualquer assunto sério.”³⁹ Portanto, uma metáfora que ele utilizará de maneira recorrente: a dúvida genuína, a coisa real, é “a dúvida viva;”⁴⁰ o *Ersatz* cartesiano é meramente a “dúvida de papel.”⁴¹

Descartes pensou que tivesse encontrado um critério infalível para identificar o indubitável: “o que percebo clara e distintamente é a verdade.” Mas, o fato é que, Peirce argumenta, todo indivíduo possui pontos cegos e limitações, e é inevitavelmente ignorante em alguns assuntos e equivocado em outros. Por esse motivo, a investigação científica séria é o trabalho de muitas pessoas por várias gerações, e o consenso de longo prazo da comunidade de investigadores é uma orientação muito melhor rumo à verdade do que a intuição de um indivíduo.⁴² Logo, a descrição metafórica pungente de Peirce sobre Descartes, “o pai da filosofia moderna”, como que prenunciando “o período em que a Filosofia rejeitou as coisas infantis e começou a ser um jovem presunçoso.”⁴³

É possível que se pense que também esta crítica é um tanto injusta, afinal, embora Descartes reconhecidamente utilize “eu”, “meu” e “a mim” repetidamente, ele também, por vezes, usa o plural: “os sentidos, às vezes, nos enganam;” “suponhamos que estamos adormecidos [...]”; “somos obrigados [...] a confessar que [...] todas essas imagens de coisas que habitam nossos pensamentos, quer sejam verdadeiras e reais ou falsas e fantásticas, são formadas.”⁴⁴ O ponto, presumo, é que qualquer um que

38 CP 5.372 (1877).

39 CP 5.416 (1878).

40 CP 7.315 (1873); 5.376 (1877); 5.384 (1877).

41 CP 5.445 (1905); 5.514 (c.1905); 6.498 (c.1906); 6.500 (c.1906).

42 CP 5.311 (1868). Veja também Susan Haack “Descartes, Peirce and the Cognitive Community,” *The Monist* 65, n.º 2 (1982):156-81.

43 CP 4.71 (1893).

44 As *Meditações sobre Filosofia Primeira*, de Descartes, foram originalmente publicadas em latim (Paris, 1641). No ano seguinte, elas foram traduzidas para o francês por Duc de Luynes e a tradução foi revisada e aprovada pelo próprio Descartes. Creio que seja nessa tradução, publicada em Paris em 1647, que o texto francês em André Bridoux, *Descartes: Oeuvres et Lettres* (Paris: Gallimard, 1953) esteja baseado. Minhas citações são de uma

assim desejar, pode vir a passar pelo mesmo processo de filtrar suas crenças, como Descartes o fez; de modo que, nesse sentido, *nem* tudo é a respeito dele. Dito isso, no entanto, deve-se acrescentar que não há indícios de que Descartes tenha tido qualquer apreciação real das dimensões sociais da investigação; e que logo vemos Peirce passar dessa crítica, talvez não tão justa, para um entendimento sutil e complexo da importância de longo prazo da comunidade intergeracional de investigadores.

A abordagem de Descartes à filosofia é modelada em uma prova matemática, uma cadeia de inferência – uma cadeia de inferência, acrescenta Peirce, que frequentemente depende de “premissas inconspícuas.” Todavia, ele continua – apresentando uma de suas mais importantes metáforas, a que adotei como título deste artigo – é muito melhor que a filosofia imite as ciências bem-sucedidas:

[...] que proceda[m] apenas de premissas tangíveis que possam ser sujeitadas a um cuidadoso exame, e [...] que confial[m] mais na multiplicidade e variedade de seus argumentos do que o caráter conclusivo de qualquer um. Seu raciocínio não deveria formar uma corrente que não seja mais forte do que seu elo mais fraco, mas um cabo cujas fibras sejam ainda mais finas, desde que numerosas o suficiente e intimamente conectadas.⁴⁵

A própria argumentação de Peirce está em notável conformidade com o padrão que ele recomenda: pense, por exemplo, na malha de argumentos (fenomenológica, lógica, ontológica) que suporta suas categorias universais, ou do raciocínio multiforme por trás de sua forma distintiva de empirismo,⁴⁶ seu repúdio ao nominalismo ou sua teoria da investigação. Além do mais, seus muitos cabos de argumentos estão entrelaçados entre si, dando à sua filosofia, como um todo, seu caráter arquetetônico.⁴⁷

Descartes argumenta que Deus existe e não é um impostor; e, assim, visto que Deus o criou e as suas faculdades, o que ele percebe, clara e distintamente, é verdadeiro. Mas, então, como é que ele pode estar, alguma vez, enganado, que, alguma vez tenha a percepção errada ou faça cálculos errôneos? Porque, Descartes responde, a vontade é inerentemente ilimitada e, assim, inevitavelmente supera nosso limitado intelecto humano, que nos incita a chegar mais longe do que nossa habilidade intelectual permite, induzindo-nos, assim, ao erro. Mas, por que um Deus onipotente, onisciente e benevolente não deu aos seres humanos um intelecto tão

edição em inglês, agora padrão, das *Meditações* de Descartes, Elizabeth S. Haldane e G. R. T. Ross, *The Philosophical Works of Descartes* (Cambridge: Cambridge University Press, 1911), vol. I, 131-99, pp. 145 e 146 – que é fiel às versões em latim e francês, onde também aparecem as formas plurais. Percebo, porém, que a tradução mais recente em inglês, que substitui “nós” por “eu” ou com uma forma passiva, são muito menos fieis – de forma a fazerem a abordagem de Descartes parecer ainda mais suscetível à crítica de Peirce do que ela realmente é. Descartes, *Meditações*, trad. John Cottingham (Cambridge: Cambridge University Press, 1986).

45 CP 5.265 (1868).

46 Como belamente articulado por Aaron Wilson em seu *Peirce's Empiricism: Its Roots and Its Originality* (Lanham, MD: Lexington Books, 2016).

47 CP 6.33 (1891); 6.604 (1893); 6.612 (1893); 1.176 (c.1896); 5.5 (c. 1905).

abrangente quanto o escopo da vontade deles? É um mistério, responde Descartes; não podemos esperar entender os motivos de Deus.

Apelar para o inexplicável, Peirce contesta, é inaceitável – tomando emprestada uma palavra que ele utiliza alhures, é “não filosófico.”⁴⁸ O ponto, penso eu, não é que não poderia haver algumas coisas a serem explicadas além dos poderes humanos – não há dúvida que há; mas, para simplesmente declarar este ou aquele inexplicável é *garantir* que, mesmo que uma explicação *esteja* no âmbito de nossos poderes, nós nunca o descobriremos. É por isso que, como veremos mais tarde, apelar para o inexplicável, viola esse princípio básico, “Não bloqueie o caminho da investigação.”⁴⁹

Peirce certa vez escreveu que ele havia “encontrado na combustão de um espantalho uma das melhores maneiras de impedir meu vulcão lógico de fazer fumaça,”⁵⁰ e sua crítica a Descartes, ainda que não meticulosamente justa em todos os aspectos, certamente serve a este propósito – ela abre caminho a um conceito muito diferente e muito mais frutífero de investigação do que Descartes jamais sonhou. Na verdade, as metáforas às quais “Algumas consequências” nos levam – a dúvida viva versus a dúvida de papel; o cabo da argumentação versus a cadeia de argumentos; o jovem presunçoso; a proibição do bloqueio da investigação – já constituem uma boa apresentação à teoria da investigação de Peirce.

3 A estrada aberta da investigação

Mas, *apenas* uma introdução. Pois conforme a filosofia de Peirce se desenvolve e ele articula as principais ideias sobre a “atitude científica”⁵¹, o papel da experiência e do raciocínio, a comunidade de investigadores, a natureza da verdade e da realidade, etc., ele emprega muitas outras metáforas importantes: o investigador ao armar o arco em direção à verdade; a comunidade de investigadores como a invasão da fortaleza do conhecimento; a ciência como o caminhar sobre um pântano em vez de estar sobre terreno firme; e toda uma série de imagens náuticas⁵² da filosofia como um navio impulsionado pela experiência e guiado pela lógica através do oceano de pensamentos.

As metáforas de Peirce são tão extraordinariamente diversas quanto filosoficamente ricas. Porém, ao se empregar várias metáforas diferentes, como ele o faz com frequência, é, às vezes, simplesmente uma forma de explorar uma questão a partir de vários ângulos, quando uma metáfora sugere uma abordagem ou conceito e outra sugere uma abordagem ou conceito diferente e, talvez, incompatível, isso pode criar uma tensão. Quando ambas as metáforas, aparentemente incompatíveis, parecem apropriadas, o conflito aparente precisa, de alguma forma, ser resolvido, e esses confrontos frequentemente marcam um ponto no qual Peirce se dá conta de que uma formulação anterior de uma

48 CP 7.322 (1873); 5.409 (1878); 6.427 (1878); 7.322 (1873); 7.492 (c.1898).

49 CP 1.135, RLT, p.178 (1898).

50 CP 5.503 (c. 1905).

51 CP 7.134 (c.1866); 1.43 (c.1896); 7.604 (1903).

52 As metáforas náuticas que relembram o símile náutico ampliado de Platão em *República* VI, 488a.

ideia precisa de amplificação, refinamento, modificação. Então, nós o vemos distinguindo elementos naturalistas e normativos em sua descrição da motivação para a investigação, do trabalho de um indivíduo e do trabalho de toda uma comunidade contínua de investigadores, do percepto e do juízo perceptivo no *percipiuum*, o curto e o longo prazo. Mas, agora estou me adiantando.

O repúdio de Peirce ao erro cartesiano de “confundir uma dúvida de papel com o metal genuíno,”⁵³ e sua insistência de que a “[d]efesa contra a dúvida falsa é apenas uma ação de bala de festim [...] de nenhuma utilidade”⁵⁴ sugere uma imagem completamente naturalista. A dúvida *real*, ao contrário da pretensa dúvida cartesiana, é uma condição desconfortável que surge quando um hábito-crença existente é interrompido; e é apenas esse desconforto que provoca a investigação. “A dúvida genuína sempre tem uma origem externa, geralmente a partir de uma surpresa.”⁵⁵ E a “[d]úvida viva é a vida da investigação. Quando a dúvida é posta de lado, a investigação precisa parar [...]”⁵⁶, “é preciso haver uma dúvida real e viva e sem isso, toda discussão é vã.”⁵⁷

Mas, em outro momento, Peirce oferece o que parece, *prima facie*, um entendimento muito diferente do motivo da investigação. “O verdadeiro poder [intelectual] [...] não é nato em um homem,” ele escreve; “ele precisa ser desenvolvido, e a primeira condição é que a alma do homem deve ser preenchida com o desejo de descobrir a verdade [...]”⁵⁸ “Para poder raciocinar bem,” ele nos conta, “é absolutamente necessário possuir [...] virtudes como honestidade e sinceridade intelectuais e um verdadeiro amor pela verdade.”⁵⁹ E, alinhado a isso, ele apresenta uma nova metáfora. Ao declarar que “o espírito é a coisa mais essencial, o motivo,” ele descreve o investigador genuíno, o investigador com a “atitude científica”⁶⁰ – como o “armar o arco em direção à verdade com presteza nos olhos, com energia nos braços.”⁶¹

53 CP 5.445 (1905). A primeira emissão de papel-moeda como é agora nos EUA, inicialmente uma medida temporária, foi feita pela Massachusetts Bay Company, em 1690. Mais relevante para o uso de Peirce dessa metáfora, no entanto, são as controvérsias entre o ouro, a prata e o papel-moeda, que começaram nos anos 1870. Em 1873, o dólar de prata havia sido retirado de circulação, e, em 1879, os “Greenbacks” [dólares de papel mais antigos] sobreviventes podiam ser convertidos em ouro. Isso levou a um contra-ataque dos defensores da prata; com o resultado, o Congresso autorizou compras tão abundantes de prata, que começou a produzir ouro; e na eleição presidencial de 1896, William Jennings Bryan (que, porém, perdeu para o presidente McKinley) tentou transformar “a questão da prata” no principal problema. Vide John Kenneth Galbraith, *Money: Whence It Came, Where It Went* (Nova York: Houghton Mifflin, 1975), pp. 51 e 84-100.

54 CP 2.196 (1902).

55 CP 5.443 (1905).

56 CP 7.315 (1873).

57 CP 5.376 (1877).

58 Peirce, em Carolyn Eisele, ed., *The New Elements of Mathematics* (Mouton: The Hague, 1976), vol. 4, p. 977 (de uma carta a Francis Russell, 1.º de janeiro de 1909).

59 CP 2.82 (1902).

60 CP 1.43 (c.1896).

61 CP 1.235 (1902).

Cada palavra dessa metáfora esplêndida está fazendo o verdadeiro trabalho filosófico. A “presteza nos olhos” exige que o investigador não perca o foco, não se acomode com uma conclusão simples e conveniente; a “energia nos braços” exige que este não afrouxe a tensão, não desista simplesmente porque a tarefa se mostra difícil ou exigente. Mas, a nova metáfora também apresenta um problema. Pois, se pensarmos apenas sobre sua crítica quanto ao método de Descartes e sua metáfora da dúvida viva, pode parecer que Peirce concebe a investigação apenas como um processo homeostático cognitivo, no qual nos contentamos e repousamos a cada novo equilíbrio, até que este seja, por sua vez, perturbado. Porém, a metáfora de armar o arco em direção à verdade sugere uma imagem normativa muito diferente – de investigação ainda mais do que simplesmente uma coceira cognitiva, muito mais do que apenas um esforço para passar de um incômodo estado de dúvida para um estado mais confortável de crença estabelecida.

Na verdade, essa duplicidade já se encontrava presente no início de 1877, em “A Fixação da Crença,” onde Peirce escreve:

[...] com a dúvida, começa a luta, e com a cessação da dúvida, ela termina. Assim, o único objeto da investigação é o estabelecimento da opinião. Podemos imaginar que isso não seja suficiente para nós, e que buscamos não apenas uma opinião, mas uma opinião verdadeira. Mas, coloque essa imaginação à prova, e ela se mostrará infundada; pois, assim que uma firme crença for alcançada, estaremos inteiramente satisfeitos, não importa se esta seja verdadeira ou falsa.⁶²

Mas, apenas algumas páginas depois, ao discutir a superioridade do método “científico” da fixação da crença, ele acrescenta: “Um homem deve considerar [...] que, afinal, deseja que suas opiniões coincidam com o fato [...] [e] causar esse efeito é a prerrogativa do método da ciência.”⁶³

Como é que essas duas imagens, aparentemente muito diferentes, a naturalista e a normativa, podem ser reconciliadas? Na “Fixação”, o leitor é deixado de lado com seus próprios artifícios: seguindo meu melhor palpite, o que Peirce pensa é que, uma vez que as crenças fixadas pelo método da ciência são determinados por “alguma permanência externa”⁶⁴, elas provavelmente se mostrarão determinadas *permanentemente*,⁶⁵ enquanto que aquelas fixadas por outros métodos são – ao

62 CP 5.375 (1877).

63 CP 5.387 (1877).

64 CP 5.384 (1877).

65 Não tenho certeza de que isso seja verdade; Peirce pode ter se esquecido que, em nosso estado de conhecimento sempre imperfeito, no curto e até mesmo no médio prazo, uma crença verdadeira pode ser alterada pela evidência de que não nos damos conta de que possa ser equivocada. De forma interessante, este tópico – evidência equivocada – parece ter sido explorado mais a fundo por romancistas do que por epistemologistas. Vide, por ex., Michael Frayn, *Headlong* (Nova York: Picador/Henry Holt, 1999); Scott Turow, *Reversible Errors* (Nova York: Warner Books, 2002).

menos, para qualquer investigador minimamente refletivo, que não se isole totalmente da possibilidade de uma experiência recalitrante – sempre vulneráveis a serem *indeterminadas*.

Todavia, na época da articulação de Peirce de seu senso comum crítico, começamos a ver como ele reconcilia esses conceitos aparentemente concorrentes, o naturalista e o normativo. “[Um] homem se envolve em dúvidas de papel tolas se ele tentar descartar o senso comum, ou seja, o instinto, e ser perfeitamente racional,”⁶⁶ ele escreve. Mas, mesmo assim, o senso comum crítico “tem alta estima pela dúvida,” até mesmo anseia por ela; apenas, Peirce continua, “seu anseio não deve ser apaziguado com dúvidas de papel; ele precisa ter o pesado e nobre metal [...]”⁶⁷ De acordo com a imagem naturalista de Peirce, a tendência humana usual é de se esforçar por *sair* de um estado de dúvida; mas no senso comum crítico, vemos agora – o investigador científico, no sentido amplo de Peirce – percebe-se que, não importa o quão desconfortável ele possa ser, a dúvida deve, de fato, ser valorizada e até mesmo buscada: pois isso é o que nos motiva a investigar. E, assim, ele será *proativo*: não apenas sentando-se e esperando que a experiência interrompa uma crença, que o jogue em meio à dúvida, e o faça indagar, mas, ativamente, buscando as circunstâncias nas quais ele possa vir a encontrar essa experiência disruptiva ou, até mesmo, fazendo com que seus juízos cognitivos fluam ao *imaginar* tais circunstâncias, pois isso acelerará o processo de investigação.

A “hesitação dissimulada”, Peirce nos diz, “possui um papel fundamental na produção da investigação científica,” ao estimular a mente rumo à atividade, “de forma leve ou energética, calma ou turbulenta.”⁶⁸ À primeira vista, esse reconhecimento do papel da hesitação dissimulada – ou seja, a dúvida imaginada – pode parecer, de modo suspeito, como um restabelecimento do método cartesiano do qual Peirce já havia sido tão indiferente. Mas, a questão é realmente muito diferente. Não há absolutamente nenhuma sugestão do tipo de suspensão indiscriminada de crenças que Descartes tenha proposto, muito menos do fundacionalismo infalibilista a que tenha conduzido. Em vez disso, o investigador peirciano imagina possíveis circunstâncias que lhe dariam *razão* para duvidar de alguma crença *específica* dele e, como resultado, ele se encontra em um estado de dúvida real e, assim, é estimulado a investigar.

Passando agora para o papel da experiência na investigação, encontramos Peirce utilizando um conjunto de metáforas náuticas:

A investigação precisa reagir contra a experiência, para que o navio possa ser impulsionado através do oceano de pensamentos.⁶⁹

Precisamente como ocorre [a] ação da experiência? [...] Em certo momento, um navio está navegando com seu transporte de mercadorias num mar calmo, [...] quando, repentinamente, colide contra um rochedo.⁷⁰

66 CP 6.500 (c.1906).

67 CP 5.514 (c.1905).

68 CP 5.394 (1878).

69 CP 8.118 (1902).

70 CP 5.51 (1903).

Todavia, em uma passagem que nitidamente traz à mente a metáfora do “cabo,” quando ele escreve sobre a tradução das inscrições cuneiformes,⁷¹ Peirce utiliza uma imagem aparentemente concorrente. O processo de tradução começou, como ele observa, na pura especulação, mas, eventualmente, as traduções foram bem suportadas por uma rede inteira e densa de argumentos entrelaçados – e tão firmemente estabelecidos que dificilmente seria apropriado continuar a descrevê-las como uma “teoria”. A ciência, continua ele, “não se baseia no leito de rocha do fato. Ela caminha sobre um pântano, e só se pode afirmar que, por enquanto, esse terreno parece terra firme”⁷² – uma vez que era uma malha densa de evidências entrelaçadas, não o fundamento do fato, que estabeleceu a legitimidade dessas traduções. Porém, mais uma vez, a nova metáfora apresenta um problema, pois parece estar em tensão com a imagem da experiência como o rochedo contra o qual o navio colide, o rochedo que provoca a dúvida, estimula o questionamento e move o navio adiante.

Esta tensão é resolvida na teoria madura da percepção de Peirce, quando ele distingue dois elementos distintos, mas inseparáveis do *percipuum*: o percepto e o juízo perceptivo que ele induz. O *percepto*, que é um evento, não uma proposição, não pode ser nem verdadeiro nem falso, nem falível nem infalível. Mas o *juízo perceptivo* – embora, diz Peirce, involuntário, forçado sobre nós pelo percepto – é proposicional, verdadeiro ou falso e, assim, como todos os juízos, falível.⁷³ A metáfora do navio batendo contra o rochedo captura a Segundidade irracional e bruta do percepto e a natureza involuntária do juízo que ela induz; a metáfora da ciência como o caminhar sobre um pântano captura a falibilidade do juízo perceptivo.

71 Há diferentes tipos de cuneiformes (velhos persas, elamitas e babilônicos); o velho persa foi o primeiro a ser decifrado. A história tem início no século XVIII, com viajantes visitando as ruínas de Persépolis, e muitas pessoas – incluindo Carsten Niebuhr, c.1774-78; Olaus Gerhard Tychsen, c.1798; Friedrich Christian Karl Heinrich Münter, c.1800; Rasmus Christian Rask, c.1827; Eugène Brunouf, c.1836; e Christian Lassen, c.1836, –contribuíram com essa eventual decifração. Ernst Doblhofer, *Voices in Stone: The Decipherment of Ancient Scripts and Languages* (Nova York: Viking, 1961), pp. 93-93 (Nieburh), 97-98 (Tychsen), 98-99 (Münter), 100-106 (Grotefend), 106-07 (Rask), 116-117 (Lassen). Mas os principais contribuintes parecem ter sido Georg F. Grotefend, por volta de 1803-1805; e, de 1838-39 e 1844-49, Henry Creswicke Rawlinson, que perceberam que inscrições mais longas de diferentes contextos eram necessárias (aparentemente eles levaram 10 anos para copiar 414 linhas de texto, uma vez que foram esculpidas em um penhasco íngreme! Doblhofer, *Voices in Stone*, pp. 100-106 (Grotefend) e 108-119 (Rawlinson). C. B. F. Walker, “Cuneiform,” em J. T. Hooke, ed., *Reading the Past: Ancient Writing from Cuneiform to the Alphabet* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press/British Museum, 1990), 15-74, pp. 58ff.

72 CP 5.589, RLT, pp.176-77 (1898). Foi William Whewell, e não Peirce, que inventou o neologismo “consiliência”. Mas, como estes comentários revelam, Peirce certamente tinha o *conceito* da consiliência, se não a palavra. William Whewell, *Philosophy of the Inductive Sciences* (1840), em *Selected Writings of William Whewell*, ed. Yehuda Elkana (Chicago: University of Chicago Press, 1984), 121–259, 257.

73 Telepatia e Percepção,” CP 7.597-688 (1903). Vide também Susan Haack, “How the Critical Common-sensist Sees Things,” *Histoire, épistemologie, langage* 6, n.º 1 (1994): 9-33.

Em uma encantadora minifábula que lembra suas restrições sobre o individualismo de Descartes, Peirce observa que o que uma pessoa percebe depende de suas circunstâncias e das peculiaridades de seu aparato perceptivo:

Suponha dois homens, um surdo e o outro cego. Um ouve um homem declarar que tem intenção de matar o outro, ouve o estampido da pistola e ouve o choro da vítima. O outro vê o assassinato realizado. As sensações deles são influenciadas no mais alto grau por suas peculiaridades individuais [...] mas, suas conclusões finais [...] serão idênticas e livres da unilateralidade de suas idiossincrasias.⁷⁴

E, na mesma passagem, ele conecta esse pensamento às suas concepções distintivas da verdade como a Opinião Final e a realidade como objeto desta opinião:

Todo pensamento e opinião humana contém um elemento arbitrário e accidental, dependente das limitações nas circunstâncias, poder e inclinação do indivíduo; um elemento de erro, em suma. Mas, a opinião humana tende, universalmente, no longo prazo, a uma forma definitiva, que é a verdade.⁷⁵

A última sentença, no entanto, apresenta um novo problema. Não pode haver garantia de que mesmo o investigador mais honesto, focado e diligente seja bem-sucedido; e se pergunta por quê, se há realmente essa tendência universal rumo à verdade, *importa* se o indivíduo realmente aponta a flecha em direção à verdade, ou apenas espera até que a experiência o pegue de surpresa. Peirce começa a reconciliar essas duas ideias quando escreve:

[O] único tipo de predestinação da conquista da verdade pela ciência é uma eventual predestinação [...]. Cedo ou tarde, ela conquistará a verdade, nada mais. [...] [É] totalmente incerto *quando* a verdade será alcançada.

Nesse contexto, ele invoca uma nova metáfora, desta vez militar:

[...] a ideia de ciência é acumular terreno perante a base das fortificações da verdade com as carcaças desta geração, e talvez de outras ainda por vir depois dela, até que alguma geração futura, ao pisar nelas, possa atacar a fortaleza.⁷⁶

Isso ilustra vividamente o tema de Peirce de que a investigação é, inevitavelmente, o trabalho não apenas de um indivíduo, mas de toda uma comunidade contínua. Porém, para explicar o porquê – ainda que nunca se possa garantir o sucesso ou mesmo o progresso – de motivo pois a investigação realmente importa, Peirce retorna às imagens náuticas:

74 CP 8.12 (1871).

75 CP 8.12 (1871). A ideia já fora anunciada em “Some Consequences.” CP 5.311 (1868).

76 CP 6.3 (1898).

Imagine um navio abandonado flutuando sobre o oceano, e suponha que ele será conduzido, de um lado para outro, até que tenha chances de ser lançado até a costa. Então, um navio, que deveria rebocar o outro, abandonado, e deliberadamente conduzi-lo ao litoral mais próximo, estaria “acelerando” o destino daquele navio abandonado [...]⁷⁷

Pode-se perguntar por que Peirce coloca “acelerando” entre aspas. Bem, ele já havia usado a palavra antes no parágrafo, e agora indica que a ideia que tenta expressar não é exatamente o que “acelerar” sugeriria de princípio. Não é possível garantir que mesmo o mais motivado investigador chegará à verdade antes de alguém a quem falte o verdadeiro espírito da indagação, ou que não compreenda os princípios lógicos, ou ambos; e nem mesmo é possível garantir que uma comunidade desses investigadores chegará lá antes. Mas, a metáfora do navio abandonado sugere um sentido restrito especial, no qual o motivo certo e os princípios lógicos certos “aceleram”, *sim*, a investigação. A verdade, ainda que, se deixada sozinha poderia ser levada por muito mais tempo pela corrente, o navio abandonado *poderia* ser levado pela corrente até o litoral ainda antes do que se tivesse sido rebocado. Ainda assim, o reboque tem suas reais vantagens: teríamos certeza de que ele chegaria à costa em um tempo determinado.

De forma semelhante, a investigação bem conduzida não *necessariamente* nos conduzirá à verdade da questão antes de chegarmos a ela se apenas esperássemos que a experiência recalcitrante nos empurrasse. Porém, é uma melhor aposta, pois nos levaria à verdade da questão que nos diz respeito dentro do tempo determinado – como Peirce escrevera alhures, “[q]uanto mais vorazmente a verdade é desejada desde o início, mais curta, em séculos, é a estrada até ela”⁷⁸ – enquanto que, de outra forma, talvez tivéssemos de esperar indefinidamente.

Falei, como também o fez Peirce, da investigação conduzida no ânimo certo e guiada por princípios lógicos sólidos. Mas qual, de forma mais exata, o papel desses princípios lógicos? Métodos racionais de investigação, Peirce escreve, levarão o navio até o litoral, a investigação em direção às respostas verdadeiras, tão rapidamente quanto possível⁷⁹ – “métodos racionais,” pois o “método da ciência” que ele recomenda no lugar de outros métodos descritos em “Fixação”, é o da experiência *e do raciocínio*. Como ele explica, ao ampliar sua metáfora náutica, os dois trabalham juntos: é a experiência que impulsiona a investigação para frente, mas o que nos permite conduzir o navio é a lógica, os princípios do raciocínio. Um homem ignorante a respeito desses princípios, ele nos conta, é “como um navio em mar aberto sem ninguém a bordo que entenda das regras de navegação.”⁸⁰ De fato, a passagem do “navio abandonado” começa com: “o serviço prático preciso de uma sólida teoria da lógica é abreviar o tempo de espera para conhecer a verdade, acelerar um resultado predestinado [...].”

77 CP 7.78 (n.d.). De acordo com Arthur Burks (editor dos volumes 7 e 8 de *Collected Papers*), parece que, a partir de referências internas, esses parágrafos foram escritos após 1900.

78 CP 5.582, RLT, p. 170 (1898).

79 7.78 (n.d) (mas veja nota 77 acima).

80 CP 5.368 (1877).

Aqui, a “lógica” deveria ser entendida, de forma abrangente, como “a teoria de qualquer coisa que seja boa no caminho do raciocínio.” Por que isso? Em parte, pois, pela ótica de Peirce, a lógica inclui a abdução e a indução, bem como a dedução; mas também em parte porque, segundo sua ótica, o bom raciocínio não está restrito a formas sintaticamente válidas, formais, de inferência. Métodos racionais de investigação podem, muito bem, exigir algo mais: o desenvolvimento de um vocabulário novo e melhor – como Peirce explica, agora invocando uma metáfora biológica, o “crescimento do significado.”⁸¹

Como a orientação dos sólidos princípios lógicos, entendo eu, a observância dos princípios do que Peirce chama de “economia da pesquisa”⁸² – uma quase metáfora, uma vez que ele está, no mínimo, preocupado tanto com a economia de tempo e esforço mental quanto com a economia de dinheiro – também “acelera” o processo de investigação. Por outro lado, aqueles “diletantes” dos quais Peirce se queixa, que tanto gostam de discutir a respeito de uma questão para a qual considerariam qualquer solução positiva com uma “aversão mal dissimulada”⁸³ e aqueles que criam barricadas de “livros vazios e pressupostos embaraçosos”⁸⁴ impedem o progresso da investigação, desacelerando-a. Porém, o pior pecado é o de bloquear o progresso da investigação de modo geral. Em 1868, Peirce queixou-se sobre o derradeiro apelo de Descartes quanto ao inexplicável. Na época das Palestras da Conferência de Cambridge de 1898, quando Peirce lista quatro dessas manobras, tomamos conhecimento de que esse é apenas um dos vários meios de bloquear o caminho da investigação:⁸⁵ fazendo afirmações absolutas, ou seja, reivindicando o conhecimento infalível;⁸⁶ alegando que isso ou aquilo seja incompreensível;⁸⁷ alegando ter a formulação final perfeita de alguma ideia;⁸⁸ e – o meio cartesiano – apelando para o inexplicável.⁸⁹

A abordagem filosófica de Peirce, ele diz, cresce de “um falibilismo contrito, combinado com uma grande fé na realidade do conhecimento e um desejo intenso

81 CP 7.587 (1866-67), 2.302 (c.1902). Como vimos anteriormente, Peirce usa a metáfora como um papel fundamental em seu crescimento. Vide também Susan Haack, “The Growth of Meaning and the Limits of Formalism, in Science and Law,” *Análisis filosófico* (2009): 5-29.

82 CP 1.122 ff. (c.1896).

83 CP 5.396 (1878).

84 CP 1.645, RLT, p. 114 (1898).

85 Explorei as ramificações desta maravilhosa metáfora em detalhe em “Do Not Block the Way of Inquiry,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society* 50, n.º 3 (2014): 319-339. Vide também Susan Haack, “The First Rule of Reason,” em *The Rule of Reason: The Philosophy of C.S. Peirce*, eds. Jacqueline Brunning e Paul Forster (Toronto: Toronto University Press, 1997), pp.241-61 – que agora penso ser um tipo de ensaio para a peça de 2014.

86 CP 1.137; RLT, p.179 (1898).

87 CP 1.138; RLT, p.179 (1898).

88 CP 1.140; RLT, p.180 (1898).

89 CP 1.139; RLT, pp.179-80 (1898).

de descobrir as coisas,”⁹⁰ e, de acordo com isso, dois dos quatro movimentos de bloqueio da investigação que ele lista (afirmações que isso ou aquilo seja incompreensível, apelos ao inexplicável) são violações daquela “grande fé na realidade do conhecimento,” e os outros dois (afirmações absolutas, reivindicações de ter a formulação perfeita de alguma ideia) são violações do falibilismo.

O “falibilismo”, Peirce diz também, seria um ótimo nome para sua filosofia como um todo;⁹¹ e concluirei esta seção com duas metáforas que ele usa para explicar o que falibilismo representa. A primeira é direta o suficiente: “nenhuma praga pode tão seguramente deter todo o crescimento intelectual como a da certeza absoluta.”⁹² E, de fato, não há nada mais mortal à investigação séria do que a firme convicção de que já se tem o conhecimento, nem, como Peirce acrescenta apropriadamente, do que a “ vaidade da esperteza.”⁹³ Mas, outra de suas metáforas falibilistas precisa de um cuidado um pouco maior: “[O] espírito científico exige que um homem esteja a todo tempo pronto para descartar toda a sua carga de crenças, no momento em que a experiência estiver contra elas.”⁹⁴ Isso é potencialmente enganoso, pois parece sugerir que um investigador pode ter de repudiar *todas* as suas crenças – o que não apenas soa suspeitosamente cartesiano mas, pior, parece ser incompatível com o reconhecimento de Peirce de que é impossível alijar a carga de suas crenças indiscriminadamente, que sem *algumas* crenças não se conseguiria, sequer, começar a investigar. O que ele quis dizer, conjeturo, é que o espírito científico exige que se esteja pronto para descartar todo o conteúdo de suas crenças diante de evidências contrárias – como as descobertas de Copérnico obrigaram os astrônomos a descartar todas as crenças implícitas na ideia de que a Terra era o centro do universo, ou como a descoberta de Oswald Avery, da função do DNA, exigiu que biólogos moleculares descartassem todas aquelas implicadas pela ideia de que a proteína era material genético⁹⁵ – ou seja, que se pode ter de abandonar, não *a* carga total, mas *uma* carga total. Todavia, essa é a única ponta solta que encontrei na rica tapeçaria de metáforas de Peirce.

4 Um caminho adiante

Peirce não gostou da palavra “epistemologia” – “uma tradução abominável do alemão ‘*Erkenntnislehre*.’”⁹⁶ E ele enfatizou que a palavra grega “*episteme*” é melhor traduzida como “compreensão” – a habilidade de definir uma coisa

90 CP 1.14 (c.1897).

91 CP 1.13 (c. 1897).

92 CP 1.13 (c. 1897 – um comentário que relembra *Meno*, 84b3-c1, de Platão.

93 CP 1.31 (1903). Vide também Susan Haack, “Serious Philosophy,” *Spazio filosofico* 18 (2016): 395-407.

94 CP 1.55 (c.1896).

95 Oswald T. Avery, Colin M. MacCleod, e Macklyn McCarty, “Studies of the Chemical Nature of the Substance Inducing Transformation in Pneumococcal Types” (1944), em Harry O. Corwin e John B. Jenkins, eds., *Conceptual Foundations of Genetics: Selected Readings* (Boston: Houghton Mifflin, 1976), 13-27.

96 CP 5.496 (c.1906).

de tal forma que suas propriedades sejam consequências da definição – do que como “conhecimento.”⁹⁷ Mas, isso não significa que ele não faz o que, hoje, seria chamado de epistemologia; pelo contrário, tanto sua teoria da investigação e muito do que ele chama de “lógica” certamente incidem perfeitamente neste campo.

Entretanto, por muitas décadas agora os epistemologistas na tendência analítica e neo-analítica parecem amplamente ter se preocupado em “refutar o cético,” definindo o conhecimento, articulando a diferença entre conhecimento e a mera crença verdadeira, e – desde 1963, em resposta aos chamados “paradoxos de Gettier” e suas progenituras – a diferença entre conhecimento e até mesmo crença verdadeira justificada. Essas não eram questões que preocupavam Peirce. De fato, ele escreve que é inútil discutir com um cético, uma vez que seu ceticismo o impede de ser movimentado por qualquer argumento;⁹⁸ e que o ceticismo simplesmente bloqueia o caminho da investigação.⁹⁹ Além disso, ele usa a palavra “conhecimento” em uma ampla variedade de formas, escrevendo sobre “conhecimento falsificado,”¹⁰⁰ “conhecimento falível,”¹⁰¹ “conhecimento satisfatório,”¹⁰² “conhecimento perfeito.”¹⁰³ E, é claro, ao viver em sua época, ele não corria o perigo de ser sugado pelo buraco negro da Gettierologia: à qual suas observações pungentes sobre aqueles “a quem qualquer descoberta que tenha trazido repouso a uma questão atormentada evidentemente atormentaria,”¹⁰⁴ pois estragaria a graça em se discutir mais e mais, parecem assustadoramente adequadas. Porém, quando se considera quanto tempo e energia foram dispendidos nesses esforços infrutíferos para se discutir com um cético, definir o conhecimento e resolver os supostos paradoxos,¹⁰⁵ podemos também começar a sentir, como no meu caso, que isso pode ser uma vantagem positiva da abordagem de Peirce.

Talvez, agora, você pense que Peirce foque mais na teoria da investigação do que na teoria do conhecimento, mais no processo do que no produto, que seu trabalho está mais em linha de origem do *Regulae*, de Descartes, do que de suas *Meditações*. Há alguma verdade nisso, mas dificilmente é a história toda. Na verdade, o trabalho de Peirce joga um bocado de luz sobre questões importantes em *ambas* as linhas de origem. Isso nos faz olhar de novo no debate entre fundacionalismo e

97 CP 1.232 (1902).

98 CP 5.318 (1868).

99 CP 6.493 (c.1896).

100 CP 7.376 (1873).

101 CP 2.142 (1902), 2.532 (1903).

102 CP 2.200 (1902).

103 CP 4.62 (1893).

104 CP 5.520 (c.1905).

105 Edmund Gettier, “É a crença verdadeira justificada um conhecimento?” *Analysis* 23 (1963): 121-23. Vide também Susan Haack, “‘Know’ is Just a Four-Letter Word” – escrito em 1983, mas não publicado até 2009, na segunda edição de meu *Evidence and Inquiry* (nota 35, acima), 301-30 – discutindo que os paradoxos do tipo Gettier são inevitáveis e desinteressantes, dado o desajuste entre um conceito categórico do conhecimento e um conceito gradativo de justificação (Os gettierologistas, eu acrescentaria agora, parecem nunca ter se afastado de um conceito cartesiano, em forma de corrente, de evidências.)

coerentismo, por exemplo, no papel da percepção, na “epistemologia da virtude” e nas críticas do fim do século XX à racionalidade da ciência e até mesmo da legitimidade do próprio empreendimento epistemológico:

- A insistência de Peirce de que os argumentos para afirmações empíricas deveriam formar um cabo, e não uma corrente, sugere – muito antes de Quine falar da “rede de crença”¹⁰⁶ – uma concepção de evidência como uma malha que, quanto mais densa e mais entrelaçada, melhor. Além disso, Peirce utiliza sua metáfora de maneira muito mais frutífera do que Quine jamais fez com a dele.
- A concepção madura da percepção de Peirce sugere – muito antes dos debates contemporâneos sobre se a percepção é, ou não, proposicional – que, embora toda afirmação empírica seja, em última instância, baseada na experiência, cada uma de nossas crenças, juízos perceptivos incluídos, é falível.
- Muito antes de Kuhn, Peirce considerou a ideia de que a ciência poderia prosseguir por meio de mudanças revolucionárias e “cataclísmicas” em teoria; e comentou que a história da ciência não traz provas disso, e que, em qualquer caso, uma formiga é muito mais competente para discorrer sobre a forma da Terra do que nós somos para dizer como os futuros milênios do trabalho científico irão se parecer.¹⁰⁷
- Além disso, a compreensão de Peirce da forma como o significado cresce à medida que nosso conhecimento cresce, explica o que deu errado no pensamento de radicais como Kuhn, Feyerabend e Rorty, que imaginaram que a variação de significado é, inevitavelmente, um impedimento à racionalidade¹⁰⁸ – mesmo que, no caso de Rorty, seja um motivo para abandonar a epistemologia e, por fim, desistir da ideia de que a filosofia seja um tipo de investigação e reconhecer que ela não passa de “apenas um tipo de escrita”, apenas outro *gênero* da literatura, distinguida apenas pelos nomes que deixa.¹⁰⁹

106 W. V. Quine, “Two Dogmas of Empiricism” (1951), em Quine, *From a Logical Point of View* (1952; Nova York: Harper Torchbooks, 1963), 20-46. W. V. Quine e Joseph Ullian, *The Web of Belief* (Nova York: Random House, 1978).

107 CP 2.150 (c.1902).

108 Vide, por ex., Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: University of Chicago Press, 1962), pp.101 ff.; Paul K. Feyerabend, *Against Method: Outline of an Anarchistic Theory of Knowledge* (1975; Londres: Verso, 1978), capítulo 17 (que fala da mudança conceitual e sua suposta consequência, a “incomensurabilidade”); Richard Rorty, “Science as Solidarity,” em John S. Nelson, Allan Megill, e Donald M. McCloskey, eds., *The Rhetoric of the Human Sciences* (Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1987), 38-52. Vide também a seção de conclusão de Susan Haack, “Realism,” *Synthese* 73 (1987): 275-99, onde discuto que a variação de significado não tem consequências tão radicais como geralmente se supõe; e “The Growth of Meaning and the Limits of Formalism” (nota 81 acima).

109 Richard Rorty, “Philosophy as a Kind of Writing: An Essay on Derrida” (1978-79), em Rorty, *Consequences of Pragmatism* (Hassocks, Sussex: Harvester Press, 1982), 90-109.

- E as reflexões de Peirce sobre os motivos da investigação poderiam contribuir com dimensões totalmente novas para o que parecem ter se tornado, com demasiada frequência, discussões agradavelmente rotineiras de uma pequena lista de virtudes epistemológicas concebidas bastante escassas e sem energia.¹¹⁰

Além de todas estas contribuições específicas, porém, há algo ainda mais importante. A epistemologia *deveria* ser uma disciplina de verdadeira relevância prática e aplicação – afinal, como Jeremy Bentham explicou, cada um de nós, conscientemente ou não, faz julgamentos sobre o valor da evidência a cada momento de sua vida desperta;¹¹¹ e, como J. S. Mill acrescentou, fazer esses julgamentos é a profissão de magistrados, navegadores e agricultores, entre outros.¹¹² Hoje, entretanto, a epistemologia tornou-se uma especialidade acadêmica excessivamente profissionalizada – fragmentada em uma infinidade de nichos e grupos, hermética, abstrata, focada em uma variedade limitada de exemplos inventados, e em grande parte separados¹¹³ dos problemas da vida real que a epistemologia poderia, e deveria, iluminar.¹¹⁴ As ideias de Peirce parecem, ao contrário, animadoras e surpreendentemente *reais*: vivas, informadas por suas reflexões sobre a história da ciência, seu próprio trabalho científico e por sua gama extraordinariamente católica de leituras. E elas também são, creio eu, altamente relevantes a essas questões da vida real, como os procedimentos comprobatórios da lei e a organização das universidades.

Por exemplo, os pensamentos de Peirce sobre a malha de evidências que apoiam essas traduções cuneiformes, e mais genericamente a respeito da argumentação científica ao formar um cabo de vários fios – ou seja, para usar a palavra de Whewell, a respeito da consiliência – têm uma influência imediata sobre um problema que surge, com frequência, nos tribunais: quer seja uma combinação de elementos de uma prova, nenhum deles é suficiente por si próprio para garantir uma conclusão factual ao grau de prova exigido, mas talvez o sejam em conjunto.¹¹⁵

110 O entendimento de Linda Zagzebski das virtudes epistêmicas (informadas por, entre outros, Aristóteles e Dewey) é bastante rico, mas as discussões subsequentes parecem ter sofrido o empobrecimento neo-analítico usual. Linda Zagzebski, *Virtues of the Mind* (New York: Cambridge University Press, 1996). Vide também Susan Haack, “The Ideal of Intellectual Integrity, in Life and Literature” (2005), em Haack, *Putting Philosophy to Work: Inquiry and Its Place in Culture* (Amherst, NY: Prometheus Books 2008, 2 ed., 2013), 209-20 (texto) e 307-09 (notas).

111 Jeremy Bentham, *Rationale of Judicial Evidence* (1827; New York: Garland, 1978) (5 vols.), vol. 1, p.18.

112 John Stuart Mill, *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive, Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation* (1843), 8ª ed., Londres, 1970, p. 5.

113 Na maior parte. Há exceções, é claro.

114 Susan Haack, “Epistemology: Who Needs It?” (inicialmente publicado em dinamarquês em 2011), em *Kilikya Felsefe Dergisi (Cicilia Journal of Philosophy)* 3 (2015):1-15; e em *Philosophy South: Filosofia UNISINOS* 16, n.º 2 (2015): 183-93; “The Fragmentation of Philosophy, the Road to Reintegration,” em Julia Göhner e Eva-Maria Jung, eds., *Susan Haack: Reintegrating Philosophy* (Berlim: Springer, 2016), 1-32.

115 Vide, por ex., Susan Haack, “Proving Causation: The Holism of Warrant and the Atomism of Evidence Law” (2008), em Haack, *Evidence Matters: Science, Proof, and Truth in the*

E seus pensamentos sobre os motivos da indagação têm uma relevância bastante direta e muito perturbadora sobre as questões acerca das estruturas organizacionais e procedimentos das universidades. Por exemplo, que tipos de estrutura de incentivo motivam a investigação genuína e séria, e quais encorajam, por sua vez, o fingimento (defendendo a verdade de alguma afirmação em relação à qual o “investigador” já está comprometido, de forma inabalável, com antecedência) e a farsa (defendendo alguma afirmação em relação à verdade à qual o “investigador” seja indiferente, mas que ele o faz esperando torná-lo famoso, ou para que, ao menos, lhe consiga o direito de estabilidade em seu emprego)?¹¹⁶ E, com relação à filosofia em particular, quais os incentivos perversos que recentemente motivaram filósofos a imitar as armadilhas externas das ciências em vez de, como Peirce pediu, seu espírito animador?¹¹⁷

Eu poderia continuar - talvez observando a frequência, ultimamente, conforme amigos e correspondentes me questionam sobre a recente maneira de se falar de “fatos alternativos” e “pós-verdade,” com que penso a meu respeito citando Peirce como forma de resposta. “Você certamente opina que há algo como a verdade. Caso contrário, a razão e o pensamento não teriam propósito,”¹¹⁸ e “[t]odo homem está completamente satisfeito que haja tal coisa como a verdade, ou ele nunca faria qualquer pergunta.”¹¹⁹ E, quanto a isso, acrescento, ele também não faria qualquer afirmação – inclusive, é claro, a afirmação de que a nossa é uma era de pós-verdade. Mas, explicar tudo isso, o que exigiria todo um artigo totalmente novo,¹²⁰ obviamente não é uma tarefa a ser realizada aqui.¹²¹

Recebido em: 05-11-2018

Aprovado em: 12-12-2018

Law (Nova York: Cambridge University Press, 2014), 208-38.

116 O conceito de investigação falsa é meu, acrescentado para complementar os pensamentos de Peirce sobre o raciocínio fingido. Susan Haack, “Preposterism and Its Consequences” (1996), em Haack, *Manifesto of a Passionate Moderate*, (nota 11 acima), 188-208, pp. 189-90. Vide também, de forma mais genérica, o meu “Out of Step: Academic Ethics in a Preposterous Environment,” em Haack, *Putting Philosophy to Work* (nota 110 acima), 251-68 (texto) e 313-17 (notas); a última seção de “Serious Philosophy” (nota 93 acima); e “Expediting Inquiry: Peirce’s Social Economy of Research,” *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, vindouro em 2018.

117 Vide Susan Haack *Scientism and Its Discontents* (Rounded Globe, 2017), que pode ser baixado gratuitamente em <https://roundedglobe.com/>, especialmente a seção de conclusão da segunda palestra, “Scientific Philosophy, Yes: Scientistic Philosophy, N^o”, “Scientific Philosophy, Yes: Scientistic Philosophy, N^o”

118 CP 2.135 (1902).

119 CP 5.211 (1903).

120 Tenho, no entanto, abordado algumas dessas questões a partir de uma perspectiva jurídica em “La justicia, la verdad y la prueba: No tan simples, después de todo,” em Jordi Ferrer Beltrán e Carmen Vazquez, eds., *Debatiendo con Taruffo* (Madrid: Marcial Pons, 2016), 311-336.

121 Meus agradecimentos a Mark Migotti (e aos alunos neste seminário de inverno de 2017 sobre Peirce, com quem dividi este artigo) pelos úteis comentários, e à Pamela Lucken por sua ajuda em encontrar material relevante.